



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA NO SÉCULO XIX

A Caixa Privada da Bahia: um Saving Bank ou um Banco Commercial?

The Private Caixa Econômica of Bahia: a Savings Bank or a Commercial Bank?"

Augusto Fagundes da Silva dos Santos; UEFS; augustofagundes@uefs.br

RESUMO: Buscaremos ao longo deste trabalho apresentar o contexto de criação e as características de funcionamento da primeira Caixa Econômica da Bahia, demonstrando a evolução do capital da instituição e o seu número de acionistas. Procuraremos também descrever o perfil socioeconômico dos principais investidores, observando a forte concentração de apólices sob a posse de poucos indivíduos e, por fim, problematizar o importante grau de diversificação econômica dos investimentos da instituição, mais semelhante a um banco comercial convencional do que às características de uma Caixa Econômica do Brasil oitocentista. O recorte temporal da pesquisa parte de 1834, ano de sua fundação até o ano de 1850, quando a instituição já estava consolidada economicamente, ultrapassando em capital a sua congênera pioneira no Brasil, a Caixa Econômica privada da Corte.

Palavras-chave: Caixas Econômicas. Bahia. Século XIX.

ABSTRACT: This paper will explore the context in which the first Caixa Econômica (Savings Bank) of Bahia was established, as well as its operational characteristics. We aim to trace the evolution of the institution's capital and the number of shareholders. We will also strive to delineate the socioeconomic profile of the major investors, highlighting the high concentration of securities held by a small number of individuals. Lastly, we will scrutinize the exceptional level of economic diversification in the institution's investments, which more closely resembled those of a conventional commercial bank than the typical characteristics of a nineteenth-century Brazilian Caixa Econômica. The period under examination extends from 1834, the year of the savings bank's founding, up until 1850. By this time, the institution had already achieved economic consolidation, surpassing its pioneering counterpart in Brazil, the private Caixa Econômica of the Corte in Rio de Janeiro, in terms of capital volume.

Keywords: Savings bank. Bahia. 19th century.



Introdução

No primeiro terço do século XIX, numa conjuntura de desabastecimento e inflação na principal praça comercial da Bahia, *negociantes de grosso trato* e *comerciantes de portas abertas* associaram parte de seus capitais para fundar uma organização bancária privada em Salvador, nascia desse movimento, a primeira Caixa Econômica da Bahia, empreendimento liderado por três negociantes da praça de Salvador, que utilizando-se de suas habilidades e influências, incumbiram-se de divulgar o negócio financeiro e atrair pessoas para que se tornassem acionistas.¹ Este trabalho de persuasão e divulgação durou alguns meses do início de 1834.

A efetiva criação do banco estava condicionada a constituição de um fundo mínimo de 1:200\$000 réis, formado por quatro mil ações de \$300 réis cada, independentemente da quantidade de acionistas. Mediante essas modestas cifras, da escolha do nome *Caixa Econômica* e da conjuntura de criação de várias congêneres no país nesse momento, que o objetivo dos negociantes, era criar uma instituição bancária com a maior celeridade possível, apostando no seu crescimento após a fundação, mediante a captação de recursos das camadas populares de Salvador.

Aos treze de julho de 1834, dia da primeira reunião de criação da Caixa, o fundo levantado foi bem superior aos 1:200\$000 réis estipulados inicialmente. Em vez de quatro mil ações, foram vendidas 31.372 ações, perfazendo um capital inicial 7,5 vezes maior do que o planejado, no valor de 9:411\$600 réis. Com esse fundo garantido, um dos três negociantes à frente do projeto, o Tenente-Coronel Manuel Coelho de Almeida Sande, convocou reunião extraordinária para fundar a Caixa Econômica da Bahia. A sessão ocorreu em sua própria residência, situada à Rua do Açouguinho, no bairro do Pelourinho, centro da cidade de Salvador. Não se sabe o número preciso de acionistas que se fizeram presentes nessa reunião, sabe-se, no entanto, a quantidade que acreditaram no empreendimento financeiro desde o primeiro momento. O número dos primeiros acionistas da Caixa Econômica da cidade da Bahia foi de 171 indivíduos, dando uma média de 55\$038 réis por acionista, ou pouco mais de 183 ações *per capita*.

Dos indivíduos presentes, foi destacado um grupo de nove acionistas que constituiu o Conselho administrativo provisório. Esse conselho formado pelo diretor,

¹ Estatutos da Caixa Econômica da Cidade da Bahia com as reformas adaptadas até 28 de outubro de 1836. Bahia: Tipografia da Viúva Serva, 1837. Art 3º, p. 9.



tesoureiro e secretário, além de seis gerentes encarregados das operações de funcionamento da Caixa, funcionou até a instalação da Assembléia Geral, que elegeu o Conselho administrativo permanente.²

O objetivo deste artigo é apresentar o contexto de criação e as características de funcionamento da primeira Caixa Econômica da Bahia, demonstrando a evolução do capital da instituição e o seu número de acionistas. Procuraremos também descrever o perfil socioeconômico dos principais investidores, observando a forte concentração de apólices sob a posse de poucos indivíduos e, por fim, problematizar o importante grau de diversificação econômica dos investimentos da instituição, mais semelhante a um banco comercial convencional do que às características de uma Caixa Econômica do Brasil oitocentista. O recorte temporal inicial deste trabalho decorre da data de fundação da instituição e o segundo marco cronológico marca internamente a mudança da equipe gestora da instituição e, externamente é relevante por ser um ano em que a instituição já estava consolidada, ultrapassando em capital a sua congênere mais antiga, a Caixa Econômica do Rio de Janeiro.

Além dessa introdução e das considerações finais, este artigo está dividido em mais cinco partes. A primeira faz um breve balanço historiográfico, apresentando as principais pesquisas sobre as caixas econômicas do Brasil no século XIX. Buscou-se nesta sessão, elementos para refletir sobre o presente objeto de pesquisa, bem como, encontrar pontos de afastamento e aproximação entre a Caixa Econômica privada da Bahia e outras congêneres espalhadas pelo Brasil Império. A segunda parte aborda as características de funcionamento e os principais tipos de investimento desempenhados pela primeira Caixa Econômica da Bahia ao longo da primeira metade do século XIX. Veremos que a instituição possuía certo grau de diversificação nos seus investimentos, tendo inclusive atuado na compra de papéis emitidos pelo General Pedro Labatut no financiamento da guerra de Independência da Bahia.

Na terceira parte, utilizando da sistematização de dados extraídos da documentação, exhibe-se a rápida evolução na composição do seu capital, bem como, a evolução do número de acionistas. A quarta parte, demonstra o perfil socioeconômico dos principais

² Estatutos da Caixa Econômica da Cidade da Bahia com as reformas adaptadas até 28 de outubro de 1836. Bahia: Tipografia da Viúva Serva, 1837. Art 3º, p. 9.



acionistas. Na quinta parte, expõe-se o fenômeno da concentração de apólices em um grupo minoritário da sociedade soteropolitana.

Notas historiográficas

As pesquisas sobre as Caixas Econômicas, embora com grandes potencialidades, ainda estão em fase inicial na historiografia brasileira. A maioria dos estudos existentes debruçou-se sobre as Caixas Econômicas do Rio de Janeiro. Os principais trabalhos sobre as Caixas Econômicas na cidade da Corte são de Thiago Alvarenga em coautoria com Luiz Fernando Saraiva e Keila Grinberg.

No início deste artigo, nos referimos no plural à Caixa Econômica do Rio de Janeiro porque antes da criação da Caixa Econômica da Corte, havia existido no Rio de Janeiro, uma Caixa privada, fundada em 1831, a mais antiga da América Latina. Esta foi objeto de investigação de Thiago Alvarenga em parceria com Luiz Fernando Saraiva. Os autores apresentam e definem essa instituição como:

A primeira Caixa Econômica do Brasil, e provavelmente da América Latina, foi fundada em 1831 na capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro, num período peculiar da história financeira do país, no qual não havia nenhuma grande instituição bancária. Fortemente inspirada nas experiências francesas das *Caisse D'Epargne*, possuía caráter popular, moralizador e paternalista. O objetivo era atingir as camadas ditas populares de uma cidade que tinha pouco mais de 120 mil habitantes dos quais, pelo menos 56 mil, seriam escravos. A Caixa teve um público «variado» e desde o início buscou atrair escravos, menores e mulheres, com a permissão de seus respectivos senhores, pais e maridos. (SARAIVA E ALVARENGA, 2017).

O trabalho de Alvarenga e Saraiva sobre a primeira Caixa Econômica privada do país interessa diretamente a este trabalho, pois a sua criação, objetivo e estatuto inspiraram os negociantes baianos que três anos depois, fundaram a primeira Caixa Econômica da Bahia.

Sobre a Caixa Econômica da Corte, desde a sua fundação em 1861 até o fim do período monárquico em 1889. Destaca-se a tese de doutorado de Thiago Alvarenga. O autor, ao tempo em que apresenta a história da instituição, dialoga com os acontecimentos econômicos e políticos do Império brasileiro em suas últimas três décadas de existência. Um dos argumentos centrais de Alvarenga é de que houve um projeto deliberado do Estado imperial para centralizar e fomentar a poupança no Brasil.



O fio condutor da análise será a interferência do Estado imperial brasileiro, por meio da Caixa Econômica da Corte, na incipiente poupança brasileira que era formada por caixas econômicas e casas bancárias privadas. Partimos da hipótese que houve um projeto do governo imperial de centralizar a poupança brasileira no Tesouro Nacional. Portanto, a Crise do Souto em 1864, se torna um momento-chave para essa análise, uma vez que é um ponto de virada no desenvolvimento da Caixa Econômica da Corte em detrimento das falências de suas concorrentes – as casas bancárias. (ALVARENGA, 2020, p. 13).

A partir da citação, fica explícito que Alvarenga percebe que a conjuntura de crise econômica na praça do Rio de Janeiro na década de 1860 foi um ponto de inflexão, já que foi um dos períodos em que a Caixa Econômica Imperial mais se desenvolveu.

Keila Grinberg também pesquisou a segunda Caixa Econômica do Rio de Janeiro, mas numa perspectiva distinta, tendo como principal objetivo, não um estudo de história econômica em si, mas a análise da acumulação de pecúlio por parte dos escravizados como estratégia para a compra de alforrias no Rio de Janeiro oitocentista. (GRINBERG, 2009).

Em perspectiva mais geral, considerando a importância das Caixas para a captação de recursos pelo Estado brasileiro, destaca-se o trabalho de Renato Leite Marcondes, que buscou “entender o alcance dos depósitos das caixas na população e economia brasileira desde a segunda metade do século XIX, tentando avaliar o alargamento das relações bancárias antes da grande expansão após a segunda grande guerra.” (MARCONDES, 2014, p. 118).

Outro importante trabalho sobre as Caixas Econômicas, é o de Thiago Rosado Gambi em coautoria com Marcel Pereira da Silva e Eduardo José Vieira sobre a Caixa particular de Ouro Preto. Os autores demonstram como o ritmo lento de desenvolvimento do sistema bancário em Minas Gerais foi resultado tanto da desconfiança das pessoas, como do conservadorismo dos investimentos das instituições bancárias. (GAMBI; SILVA; VIEIRA, 2019).

Encontramos elementos semelhantes para afirmar que tais características conservadoras permearam a mentalidade das instituições e dos indivíduos na Salvador oitocentista, no entanto, enquanto os autores consideram que em Minas Gerais o sistema bancário apenas se desenvolveu de modo mais consistente no século XX, em Salvador,



consideramos que tal nível de evolução do sistema bancário ocorreu bem precocemente, ainda na primeira metade do século XIX.

Especificamente sobre a Caixa Econômica privada da Bahia, temos além do nosso trabalho (FAGUNDES, 2020), apenas o trabalho de Waldir Freitas Oliveira, que escrito sob encomenda da diretoria do Banco Econômico, o livro embora seja muito rico em dados e de inegável valor histórico, adota um cunho memorialístico, descritivo e, por vezes, nostálgico da instituição. (OLIVEIRA, 1993). O que, aliás, não é uma especificidade da obra de Oliveira, pois marca parte da historiografia do século XIX e primeira metade do século XX que se dedicou às caixas econômicas.

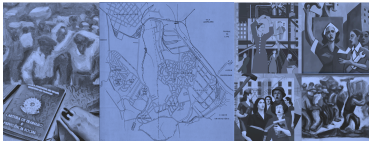
A elaboração deste artigo justifica-se pela ausência de estudos sobre a Caixa Econômica privada da Bahia, fundada em 1834. Mas, afinal o que era efetivamente uma Caixa Econômica? Segundo Alvarenga:

O conceito de *caixa econômica* foi uma ideia iluminista e utilitarista baseada no princípio da autoajuda e teve seu início no final do século XVIII em Hamburgo e Tottenham, mas rapidamente se expandiu por toda a Europa. Os agentes pioneiros compartilhavam a ideia do indivíduo ser responsável pela organização e previdência de sua vida, ao mesmo tempo, que, por serem majoritariamente membros da elite política e/ou econômica de seus países, julgavam-se obrigados a educar a virtude econômica às classes mais baixas. (ALVARENGA, 2021, p. 1).

A partir da citação, nota-se que as Caixas Econômicas surgiram na Europa ocidental no início do fortalecimento do Estado burguês, na passagem do século XVIII para o século XIX. Pautada em um discurso liberal, o indivíduo e não mais o Estado ou a providência divina, era o verdadeiro responsável pelo seu sucesso ou fracasso material, retirando do jovem Estado burguês, a responsabilidade ou culpa pela pobreza e pela desigualdade social. (HORNE, 1947).

Na Inglaterra, a expansão das Caixas Econômicas, foi resultado da reforma da Lei dos Pobres em 1834 que baseada na ideologia iluminista, reinterpretará a condição de pauperização do trabalhador britânico do início do século XIX, numa perspectiva individualista, onde cada um é culpado pela sua pobreza ou responsável pelo seu sucesso material.

Dentro dessa perspectiva, cabia ao Estado burguês não mais estimular as iniciativas de caridade, filantropia e benevolência, mas moldar e disciplinar o



trabalhador a fim de estimular o hábito de poupança e desenvolver a capacidade de gestão de sua própria vida, cuja moralidade e dignidade humana passavam necessariamente pela capacidade individual de não depender materialmente de outrem. Tal movimento ficou conhecido na Inglaterra como *savings banks movements* e culminou na votação pelo parlamento britânico em 23 de maio de 1817, o *Savings Bank Bill*, que dentre outras cláusulas, criou mecanismos de garantia ao depositante por meio do banco da Inglaterra. (FILTNESS, 2013, p. 152).

Disseminada pela Europa ocidental, o modelo de Caixa Econômica chegou aos Estados Unidos em 1816 e ao Brasil em 1831, com a criação da Caixa Econômica privada do Rio de Janeiro. Segundo Alvarenga, a primeira Caixa carioca “seguiu a risca”, suas congêneres francesas, “inclusive tendo importado e traduzido seus estatutos, bem como alguns contos e novelas que o hábito de poupar era a moral das histórias” (ALVARENGA, 2020, p. 31).

Se a Caixa Econômica privada do Rio de Janeiro transplantou o modelo francês, a primeira Caixa Econômica da Bahia, por seu turno, parece ter se apoiado no estatuto da pioneira brasileira, embora com diferenças operacionais significativas. Apesar de tal afirmação necessitar de um estudo comparativo de maior profundidade, as discussões empreendidas a seguir sobre o estatuto e as características de funcionamento da Primeira Caixa Econômica da Bahia, sanarão preliminarmente algumas questões.

Características de funcionamento

Os depósitos e a entrada de novos fundos ocorriam semanalmente, aos domingos, das 9 às 13 horas, como era padrão nas instituições criadas no país no período – visto que os seus prestadores de serviço eram homens benfazejos, ou seja, inicialmente realizavam suas ações de modo voluntário e filantrópico (SARAIVA, 2014).

Os cálculos e os eventuais pagamentos de dividendos ocorriam no prazo mínimo de uma vez por mês.³ Esse dinheiro recolhido, logo quando possível, deveria ser investido em: apólices da dívida pública; descontos de bilhetes da alfândega; rebate de letras garantidas de boas firmas (seguras); empréstimos sobre penhores de ouro ou prata

³ Estatutos da Caixa Econômica da Cidade da Bahia com as reformas adaptadas até 28 de outubro de 1836. Bahia: Tipografia da Viúva Serva, 1837. Arts. 5º e 6º, p. 9.



e hipotecas de prédios contidos nos limites da Décima Urbana.⁴ Essa diversificação nos investimentos é uma peculiaridade da Caixa Econômica da Bahia, pois as demais congêneres, a exemplo da Caixa Econômica privada do Rio de Janeiro investiam seus recursos em apólices da dívida pública. (SARAIVA E ALVARENGA, 2017).

Logo no artigo primeiro do Estatuto fica evidente a necessidade dos fundadores de explicitar o funcionamento da instituição como sinônima de uma verdadeira Caixa Econômica e não de um banco comercial convencional.

O objectivo da Caixa He a accumulacao de pequenas quantias, empregadas em comércio licito, e tem por fim oferecer as classes laboriosas meios d'argumentar os seus capitais reunidos, habituando-as assim à ordem e a economia e socorrendo-as contra a indigência.⁵

Nota-se que o discurso da instituição é dadivoso, faxendo questão de demonstrar uma instituição que atuava como uma verdadeira “Caixa”, oferecendo os serviços de poupança às camadas populares baianas e simultaneamente, educando-os na promoção do “espírito de poupança”, livrando-os assim da indigência.

Nas três ideias principais que deveriam reger a Caixa Econômica privada da Bahia, espécie de lema ou missão, novamente é destacado o auxílio às camadas sulbaternizadas, por meio da “Economia, perseverança e a assistência à hora difícil.”⁶ Não obstante, como se poderá observar na próxima seção, o crescimento econômico vertiginoso ao longo da primeira metade do século XIX, o perfil dos acionistas, que em sua grande maioria, eram constituídos por negociantes e traficantes de escravizados da praça da Bahia, e a forte concentração de ações em um quantitativo ínfimo em relação ao conjunto da população, oferecem elementos suficientes para duvidar se realmente a primeira Caixa Econômica da Bahia funcionou efetivamente como um *saving bank* ou como um banco privado convencional.

A Caixa Econômica da Bahia desde o princípio foi gerida por negociantes experientes e possuía uma política de investimentos bem definida constituída por

⁴ Estatutos da Caixa Econômica da Cidade da Bahia com as reformas adaptadas até 28 de outubro de 1836. Bahia: Tipografia da Viúva Serva, 1837. Art. 7º, p. 9-10.

⁵ Estatutos da Caixa Econômica da Cidade da Bahia com as reformas adaptadas até 28 de outubro de 1836. Bahia: Tipografia da Viúva Serva, 1837. Art. 1º, p.8-9.

⁶ Estatutos da Caixa Econômica da Cidade da Bahia com as reformas adaptadas até 28 de outubro de 1836. Bahia: Tipografia da Viúva Serva, 1837, p. 9.



investimentos sólidos e seguros. As apólices da dívida pública e os bilhetes da alfândega eram os investimentos-padrão, não obstante, a política de investimentos da Caixa não era fixa, estando sempre atentas às possibilidades de bons lucros. Um exemplo interessante dessa flexibilidade nos investimentos foram as aquisições de títulos emitidos pelo General Pedro Labatut no contexto da Guerra de Independência da Bahia.

O mercenário de guerra francês contratado para liderar a guerra de expulsão dos portugueses da Bahia, ao passar com suas tropas pelo recôncavo baiano, invadiu diversas propriedades privadas confiscando rações e mantimentos de gente comum. O mesmo justificou sua atitude afirmando que era em nome da Província da Bahia e que no momento oportuno os cidadãos baianos seriam ressarcidos. Em troca do confisco, emitia um papel dizendo que em momento oportuno tais passivos seriam quitados.

O mais interessante nesse caso é que a Caixa Econômica da Bahia, fundada cerca de onze depois, adquiriu esses papéis dispersos por proprietários do recôncavo provavelmente a preços baixos, haja vista que mais de uma década depois, esses proprietários não cultivavam mais tanta expectativa em receber essas dívidas e cobrou a preço de mercado à Província da Bahia.

O deputado Moura Magalhães em sessão de 14 de abril de 1840 explica que estas dívidas vinham da guerra da Independência quando várias pessoas forneceram gêneros a tropa do Gal. Labatut para a luta contra o general Madeira de Melo. Na mesma sessão, o deputado sugerindo que a Província da Bahia suspendesse o pagamento desses juros, nos oferece a cifra que oneravam os cofres públicos baianos em benefício da Caixa Econômica no valor de 2:880\$000 réis.

Fazendo um exercício considerando a taxa de juros na ordem dos 5 %, é possível que a emissão de títulos pelo General Labatut na Guerra de Independência da Bahia em valores atualizados ao ano de 1840 girou na ordem dos 60 contos de réis.

Sessão de 14 de abril de 1840. O deputado Moura Magalhães defendeu com o apoio do Senhor Alves Branco uma emenda que suprimia o pagamento de juros de várias apólices de dívidas do governo com particulares na Bahia. Os



juros dessas dívidas importavam em 2:880\$000 réis. Estas apólices estavam em sua maioria nas mãos da Caixa Econômica da Bahia.⁷

Esse caso da compra de títulos da guerra de independência “perdidos” pelo recôncavo mais de uma década depois de encerrado o conflito pela Caixa Econômica da Bahia, ilustra sua atuação financeira e especulativa típica de uma instituição capitalista ainda nas primeiras décadas do século XIX

Acerca do crescimento do setor industrial na Bahia ao longo do século XIX, este também não passou despercebido aos olhares da mesa dirigente da Caixa. O artigo sétimo do Estatuto evidencia que as letras de firmas seguras eram um dos principais tipos de investimento da instituição. Esses investimentos ainda não eram baseados nas Sociedades Anônimas, que só passou a existir a partir do sancionamento da lei nº 556, de 25 de junho de 1850, com a promulgação do Código Comercial brasileiro (LEVY, 1994:52), no entanto, demonstra a preocupação dos gestores da Caixa da Bahia na diversificação dos investimentos, comprando letras de empresas promissoras da nascente indústria baiana.

A Caixa Econômica da Bahia estava receptiva à penetração do capital estrangeiro na Bahia, como se verifica no artigo nove: “Quem o quisesse poderia ser acionista, todos os indivíduos, de qualquer sexo, idade, e condição, assim como os estrangeiros”. Apesar da universalidade do discurso, a Caixa da Bahia não era tão geral, pois refletia a mentalidade patriarcal e escravista das elites baianas do século XIX. Ainda no artigo nono do seu Estatuto ficam explícitos as restrições quanto aos requisitos para se tornar um acionista. Estas limitações de nada tinham haver com o capital estrangeiro que era muito bem vindo aos cofres da instituição, mas impedia o acesso às ações das mulheres casadas e dos escravizados de ambos os gêneros que para adquirir apólices necessitavam de autorização expressa dos seus maridos e senhores, respectivamente.

Restringe-se esse direito quanto às mulheres casadas, aos filhos de famílias, aos menores e aos escravos, os quais, para serem admitidos, deveriam apresentar licença de seus maridos, pais, tutores, ou curadores e senhores.⁸

⁷ Sessões da Câmara dos Deputados dos dias 14 e 29 de abril de 1840. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/>

⁸ Estatutos da Caixa Econômica da Cidade da Bahia com as reformas adaptadas até 28 de outubro de 1836. Bahia: Tipografia da Viúva Serva, 1837. Art. 9º, parag. 2º, p. 10.



A citação ilustra perfeitamente o perfil de gênero, etário e étnico predominante do acionista da Caixa Econômica da Bahia na primeira metade do Oitocentos, ou seja: homem, branco e adulto. Isso em muito coaduna ao próprio caráter paternalista da sociedade brasileira e é idêntico aos estatutos da Caixa Econômica do Rio de Janeiro de 1831. (ALVARENGA; SARAIVA, 2017).

Luiz Fernando Saraiva, refletindo acerca do caráter patriarcal da sociedade carioca da década de 1830, apresenta o perfil do Homem Benfazejo - “benfeitores serão àqueles homens ricos que tocados pela religião e moral irão dedicar parte de suas vidas à tarefa de instruir o povo. (SARAIVA, 2014, p. 216)

Para o autor, a obra “O Homem Benfazejo: Bibliotheca Constitucional do Cidadão Brasileiro”, publicada no Brasil no decênio de 1830, que contava uma novela sobre o homem benfeitor, possuía:

“...o intuito de estimular instituições como a Caixa Econômica que aumentaria o bem “físico e moral do povo” sendo, portanto, patriótica. Por fim, a obra queria ainda contribuir para o aumento do número de acionistas da Caixa Econômica do Rio de Janeiro ou da capital do Império, o que, segundo os editores, já vinha acontecendo desde então. (SARAIVA, 2014, p. 217).

Consoante ao que defende Saraiva, este tipo de publicação surgia em consonância com as estratégias dos grupos dominantes de moralizar as camadas populares a partir do trabalho e da poupança, além de fortalecer a relação de confiança entre o rei e o povo. A ampliação deste vínculo entre o Estado e seus súditos surtiu efeito positivo nos cofres da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, que ampliou a captação de recursos por meio da ampliação da emissão de títulos da dívida pública. (SARAIVA, 2014).

Para o caso da congênere baiana, o discurso do homem benfazejo apontado por Saraiva se não promoveu um aumento consistente da presença de capital advindo das camadas populares, ao menos serviu como subterfúgio para a criação de um ambiente favorável para a atuação especulativa dos principais negociantes da praça financeira da Bahia.

Outro tipo relevante de investimento da Caixa Econômica da Bahia eram os empréstimos aos particulares (Artigo 7º Estatuto). Eles ocorriam mediante o penhor de



ouro e prata. O metal era periciado pela diretoria e caso comprovado que se tratava de metal nobre, o empréstimo era concedido a prazos fixos e taxas de juros a combinar. Não aparece pré-fixado no primeiro Estatuto da Caixa, nem o prazo, nem a taxa de juros dos empréstimos aos particulares, evidenciando que cada transação era tratada individualmente. Embora demande maiores investigações, a falta de explicitude quanto aos prazos e as taxas cobradas, levanta indícios que permitem supor que determinados grupos, podem ter utilizado os cargos diretivos da instituição para favorecimento pessoal e dos seus pares em prejuízo aos concorrentes no mercado creditício baiano. Ademais, evidencia também, grande maleabilidade nas transações financeiras da Caixa, operando de acordo com a conjuntura econômica regional, às circunstâncias do mercado e as condições financeiras do mutuário.⁹

Por fim, têm-se as hipotecas de prédios localizados nos limites da urbe baiana. Essas hipotecas poderiam ser realizadas, desde que, consideradas “as necessárias cautelas, contanto que se não desse menos da metade nem mais de dois terços do seu valor arbitrado, por peritos em cuja avaliação só entraria o valor das casas e terras, com a exclusão das benfeitorias.”¹⁰

A evolução do Capital da Caixa Econômica da Bahia (1834-1850)

Em sua primeira década e meia de funcionamento, a primeira Caixa Econômica da Bahia percebeu um vertiginoso crescimento, tanto no número de acionistas, quanto no volume de seu capital. O gráfico nº 1 traz a evolução do fundo total da Caixa Econômica da Bahia, entre 1834 e 1850.

⁹ Estatutos da Caixa Econômica da Cidade da Bahia com as reformas adaptadas até 28 de outubro de 1836. Bahia: Tipografia da Viúva Serva, 1837. Art. 7º, p. 9-10.

¹⁰ Estatutos da Caixa Econômica da Cidade da Bahia com as reformas adaptadas até 28 de outubro de 1836. Bahia: Tipografia da Viúva Serva, 1837. Art. 7º, p. 9-10.



**XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas**

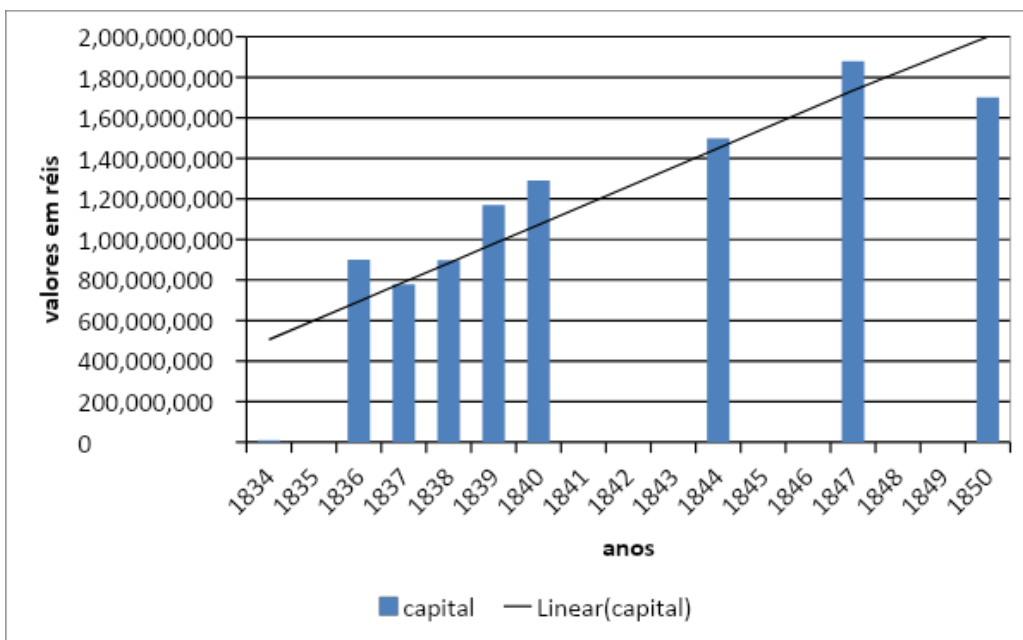
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



**ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA**



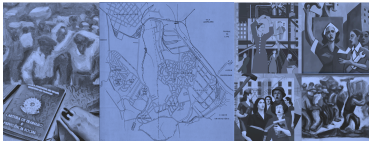
Gráfico 1
Evolução do Capital da Caixa Econômica da Bahia (1834-1850)



Fontes: Estatutos da Caixa Econômica da Cidade da Bahia com as reformas adaptadas até 28 de outubro de 1836. Bahia: Tipografia da Viúva Serva, 1837; Correio Mercantil: Jornal Politico, Commercial e Litterario da Bahia; OLIVEIRA, Waldir Freitas. História de um banco: O banco Econômico. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal, 1993.

Nota-se, a partir do Gráfico 1, que a Caixa Econômica da Bahia, em um curto período de dois anos, teve um crescimento brutal em seu capital, saltando de modestos 941\$600 réis em 1834 para um valor quase cem vezes superior, de 900 contos de réis em 1836.

Um episódio ocorrido em sete de novembro de 1837 abalou esse início promissor. Trata-se do ataque aos cofres da instituição que culminou com o roubo de objetos de ouro e prata penhorados sob a guarda da Caixa. Muito pior do que a perda dos bens furtados, avaliados em 5:979\$831 réis, foi o prejuízo que a instituição sofreu pela fuga de capitais depois que o boato se espalhou na praça comercial de Salvador. Como efeito das especulações e da quebra de confiança da população na instituição enquanto um lugar seguro, o exercício financeiro de 1836 para o de 1837 foi marcado por uma retração de 120 contos de réis em seu capital, equivalente a uma redução de quase 14%, caindo de 900 contos para 780 contos de réis.



Nesse episódio de roubo do cofre, chama atenção o grau de financeirização da praça comercial da Bahia e o seu alto nível de especulação semelhante à volatilidade do mercado financeiro do capitalismo no século XXI. O que queremos dizer com essa afirmação, é que desde a primeira metade do século XIX a economia da Bahia já dava sinais de um capitalismo em fase avançada de gestação. O acontecimento do roubo do cofre da Caixa no valor inferior a seis contos de réis, mas não apenas ele, os desdobramentos que dele decorreram como a fuga de capitais na ordem de cento e vinte contos de réis no capital da instituição bancária, bem como as medidas de maior segurança para evitar possíveis novos furtos, além do maior investimento em publicidade nos jornais de Salvador, demonstram uma sociedade financeirizada e especulativa típicas de uma economia capitalista.

Em Assembléia Geral da Caixa Econômica de 9 de setembro de 1838, relatou-se o episódio do roubo aos objetos de ouro e prata, cuja “Caixa Econômica da Bahia teve de experimentar o martelo da anarquia e do saque, e a sua administração que afrontar uma crise tão repentina e assustadora, qual a que acarretou o nefando dia de 7 de novembro de 1837.”¹¹ Àquela altura, no segundo semestre de 1838, quase um ano após o furto dos metais preciosos, o relatório dos dirigentes da instituição se referia ao revés, como algo superado.

A presente reunião desta Assembléia tanto mais memorável deveria ser para todos os interessados da Caixa Econômica, quanto agora mais do que nunca importar-lhes ter conhecimento do estado, e andamento do seu estabelecimento, que parece ao Conselho Administrativo, achar-se salvo do desastroso fim, a que ficaria reduzido, com a ruína da nossa pátria, se por fatalidade, o volcão que rebentou no infausto de 7 de novembro do ano passado não tivesse tão de pronto abafado.”¹²

De fato, a Caixa privada da Bahia recuperou-se rapidamente. Já no ano seguinte ao roubo, seu capital fechou o exercício de 1838 em patamares semelhantes ao ano de 1836, foram 897:755\$254 réis de fundos.

Em uma mescla de lamentação e superação, o mesmo relatório afirmou que a Caixa vinha progredindo rápido até o furto dos objetos penhorados.

¹¹ Correio Mercantil: Jornal Politico, Commercial e Litterario (BA). Dia 14/09/1938, p. 1.

¹² Idem.



“...a despeito dos receios, e susto, que de ordinário originam as crises revolucionárias, que são sem dúvidas inimigas do crédito e confiança que merecia a Caixa Econômica estavam tão consolidados, sua opinião para com o público tão bem firmada, que seu capital já excedida tres milhões de ações... em um só dia a concorrência da entrada de fundos foi de tal importância que orçou em 80:893\$300 réis: oito dias depois, o quadro da revolução transtornou todas as esperanças, desanimou o magestoso progresso da Caixa, e ameaçou até a sua aniquilação!!!”¹³

A despeito do tom exagerado com que se relatou os resultados negativos do roubo. De fato, a mesa gestora da Caixa demonstrou grande habilidade para evitar uma crise de maior duração e intensidade. Os dirigentes investiram mais em publicidade e, principalmente em segurança, adquirindo “extraordinárias compras de cofres e conserto dos que foram arrombados” no valor de 4:648\$364 réis.¹⁴

No ano de 1839, a crise da Caixa privada da Bahia estava plenamente superada, infere-se isso pelo seu capital, que pela primeira vez desde a sua fundação, ultrapassou a faixa dos mil contos de réis. Foram exatos 1.169:849\$794 réis fundos em seu capital.

Conforme se pode verificar no Gráfico 1, após a queda ocorrida no exercício de 1837, o capital da Caixa cresceu por três anos consecutivos, até 1840. Neste ano, já montava em 1:290:335\$517 réis, valor cerca de 10,5 % superior ao ano de 1839. Infelizmente ainda não dispomos de dados para os exercícios de 1841, 1842 e 1843. Mas, em 1844 o capital da Caixa quase atingiu a cifra dos mil e quinhentos contos de réis. Também não se dispõe de dados acerca dos exercícios de 1845 e 1846, em contrapartida, o ano de 1847 marca o período em que a Caixa contava com o seu maior fundo desde a sua criação. Conforme se verifica no Gráfico 1, o ano de 1847 representa a maior torre. Neste ano, foram exatos 1.879:093\$815 réis de capital constituído.

Apesar da falta de dados para os anos subsequentes de 1848 e 1849, fecha-se este estudo quantitativo para o ano de 1850, com o segundo maior volume de capital desde a sua fundação, 1.700:000\$000 réis.

Para efeitos comparativos, utilizamos os fundos da Caixa Econômica da Bahia com algumas das cifras apresentadas por (SARAIVA E ALVARENGA, 2015:19) para a pioneira carioca. É uma pequena amostra de quatro anos em que se dispõe de dados

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.



completos para as duas instituições, mas que é capaz de demonstrar a importância econômica da praça mercantil de Salvador e da primeira Caixa da Bahia na primeira metade da centúria oitocentista.

Tabela 1

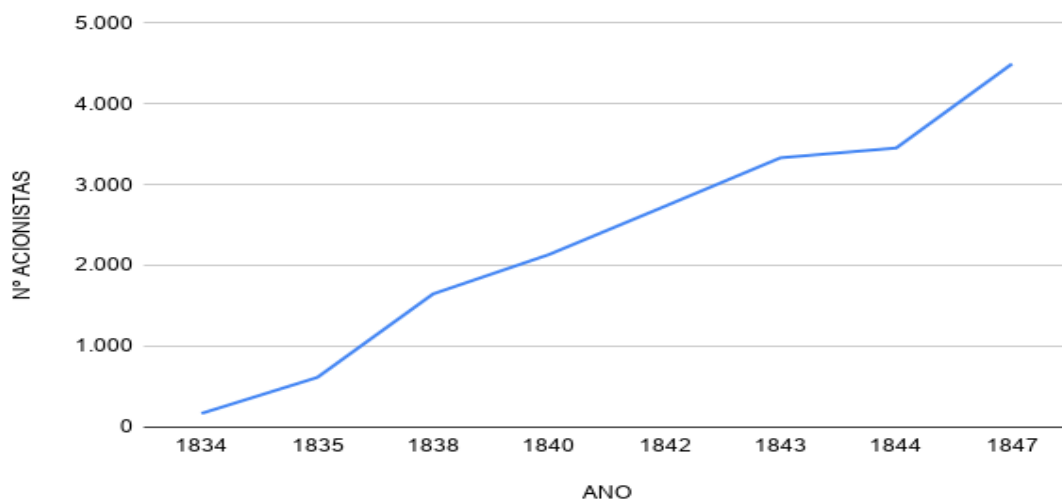
Ano	Caixa Econômica da Bahia	Caixa Econômica do Rio de Janeiro
1837	780:000\$000	2.683:791\$980
1838	897:755\$254	3.164:825\$700
1840	1.290:335\$517	3.408:737\$300
1850	1.700:000\$000	1.482:740\$900

Fontes: Correio Mercantil: Jornal Politico, Commercial e Litterario da Bahia - 1836 a 1849; SARAIVA, L. F.; OLIVEIRA, T. A. *A Primeira Caixa Econômica do Rio de Janeiro: 1831-1858. Notas de pesquisa.* In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2015, Vitória. XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. São Paulo: Editora da ABPHE, 2015:19.

Nota-se a partir da Tabela 1 que em três dos quatro exercícios apresentados, a Caixa Econômica da Bahia possuía capital inferior ao da congênera carioca, não obstante, diferentemente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro que percebeu uma queda significativa em seus fundos entre as décadas de 1840 e 1850, a Caixa da Bahia, cresceu neste período, chegando a ultrapassar a pioneira brasileira no ano de 1850.

A fim de compreender os detentores desse capital, elaboramos o Gráfico nº 2 com a evolução do número de acionistas no mesmo período.

Gráfico 2
Evolução do número de acionistas (1834-1847)





Fontes: Estatutos da Caixa Econômica da Cidade da Bahia com as reformas adaptadas até 28 de outubro de 1836. Bahia: Tipografia da Viúva Serva, 1837; Correio Mercantil: Jornal Político, Commercial e Litterario da Bahia.

Nota-se a partir do Gráfico 2, que não foi apenas o volume de capital da Caixa que aumentou, a quantidade de acionistas também ampliou-se significativamente nesses primeiros quatorze anos de funcionamento, saindo de 171 acionistas em 1834 para 616 acionistas em 1835. Três anos depois, o número de acionistas já havia quase triplicado, eram 1.648 indivíduos em 1838. Em 1840, a barreira dos 2.000 acionistas já havia sido superada. Em 1842, eram exatos 2.730 acionistas e no seguinte, este número cresceu quase 22%, fechando em 3.330 detentores de apólices da Caixa privada da Bahia. Em 1844, apesar de menor, também houve crescimento, na faixa dos 3,7%, significando 3.451 acionistas no total. Em 1847, último ano em que possuímos dados, a quantidade de acionistas já montava em 4.491, cerca de 30% a mais do que em 1844.

A ampliação do número de acionistas ao longo da primeira década e meia de existência demonstra a consolidação da Caixa Econômica privada da Bahia como instituição financeira na praça de Salvador, buscando atrair cada vez mais, indivíduos de camadas médias e menos abastadas da sociedade. Não obstante, o que se percebe na comparação do Gráfico 1 com o Gráfico 2, é que a evolução do número de acionistas, foi infinitamente maior que o crescimento do capital da casa bancária. Enquanto o número de acionistas entre 1834 e 1850 cresceu 2.526%, o capital investido na instituição aumentou 19.865%. Isso ocorreu, dentre outros fatores, pelo fato de que, pelo menos na primeira metade do século XIX, a Caixa Econômica privada da Bahia operou a serviço das elites econômicas locais.

O perfil dos principais acionistas

O perfil dos acionistas revelou a característica elitista da Caixa Econômica privada da Bahia. Entre os seus principais acionistas estavam indivíduos como: o Comendador e traficante de escravizados Joaquim Pereira Marinho; o homem de negócios e Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, entre 1832 e 1833, Antonio Pedroso de Albuquerque; o negociante e presidente da Caixa Econômica da Bahia entre 1850 e 1862, Quirino José Gomes; o Marquês de Abrantes, Miguel Calmon



Du Pin e Almeida, uma das figuras mais influentes do Império brasileiro na primeira metade do oitocentos; o Visconde dos Fiais, Luis Paulo de Araújo Bastos, presidente da Província da Bahia entre 1830 e 1831 e Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no ano seguinte, entre 1832 e 1833; o Tenente-Coronel e negociante Manuel Coelho de Almeida Sande, um dos indivíduos mais importantes no processo de fundação da Caixa privada da Bahia, dentre vários outros.

Por meio do Gráfico 2, pode-se observar que ao final do exercício de 1847, a Caixa Econômica da Bahia já contava com quase 4.500 acionistas, número nada desprezível principalmente considerando-se tratar de uma instituição jovem, criada treze anos antes e com apenas 171 acionistas. Não obstante, esse crescimento superior a 2.500%, em um período curto inferior a um decênio e meio, pode passar uma visão estereotipada de que a Caixa Econômica privada da Bahia até 1850 era uma instituição popular. No entanto isso não foi uma verdade. Embora, se popularizar na praça comercial de Salvador para captar recursos das camadas mais pobres da urbe baiana fosse um dos principais objetivos dos dirigentes da instituição, a primeira Caixa da Bahia teve muito dificuldade de penetrar nos setores menos abastados da cidade da Bahia no século XIX.

O teor do estatuto, o valor nominal das apólices, que mesmo após um longo período inflacionário ao longo do século XIX, permaneceu com o valor fixo de \$300 réis, permite inferir que a Caixa da Bahia contando em sua direção com alguns dos homens de negócios mais ricos e experientes da Província, conhecia o grau de complexidade econômica que a urbe soteropolitana havia atingido em meados do oitocentos, e que portanto esses indivíduos não devem ter ignorado o fato de que relevante fatia da riqueza produzida em Salvador estava sob posse das camadas populares, no entanto, a busca para atingir um público menos abastado não foi plenamente exitosa pelo menos na primeira metade do século XIX, pois veremos a seguir que a concentração acionária em poucos indivíduos foi muito representativa.

De fato, Salvador era umas das cidades com maior dinâmica econômica do Império brasileiro, portanto não devemos subestimar o seu grau de complexidade, nem desprezar a riqueza produzida e poupada por: escravizados, forros e homens e mulheres pobres livres. A Mesa diretiva certamente não desprezou o potencial de poupança que a



população pobre soteropolitana possuía, mas o insucesso em captar recursos desses grupos sociais foi sugestivo fica explícito no alto grau de concentração de apólices.

Não sabemos explicar ainda a principal razão da dificuldade em captar recursos da população pobre de Salvador, se foi pela própria pobreza do conjunto da sociedade, pelo alto grau de concentração de riqueza ou pelo receio que pretos pobres e escravizados possuíam em investir numa instituição gerida por negociantes, vários deles traficantes de escravizados. O fato é que desde a sua fundação até 1850, a Caixa Econômica da Bahia foi predominantemente elitista.

A concentração de apólices em “poucas mãos”

Possuir 171 indivíduos detentores de apólices em uma população de aproximadamente 55 mil pessoas¹⁵ significa que apenas 0,31% da população soteropolitana em 1834 possuíam ações da Caixa privada da Bahia. Esse número é realmente irrisório e reforça o caráter abastado da instituição.

Mesmo quando utilizamos como referência a expansão no número de acionistas, que foi de quase 5.000 indivíduos no final da década de 1840, ainda assim, a representatividade em relação ao conjunto da população soteropolitana continuou muito baixa, de apenas 9,1%. Estes números revelam o quanto a Caixa Econômica foi elitista em seus primeiros anos de funcionamento, o que o traduz a forte concentração de riqueza e a intensa pobreza que atingia a sociedade soteropolitana da primeira metade do século XIX.

O caráter elitista da Caixa Econômica da Bahia e a grande concentração de riqueza em Salvador na primeira do século XIX são corroborados pelo alto índice de concentração de apólices por acionista. O Gráfico 3 exprime o alto grau de concentração de apólices sob a posse de poucos indivíduos.

A primeira Caixa Econômica da Bahia, já “nasceu” elitista. Em 1834, primeiro ano de funcionamento, a quantidade de ações por indivíduos foi de 183,5. Quatro anos

¹⁵ Na falta de dados mais seguros sobre a população de Salvador antes do recenseamento de 1872, nos apoiamos no estudo pormenorizado de Kátia Mattoso sobre a evolução da população baiana ao longo do século XIX. In: MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia, século XIX: uma Província do Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 112.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

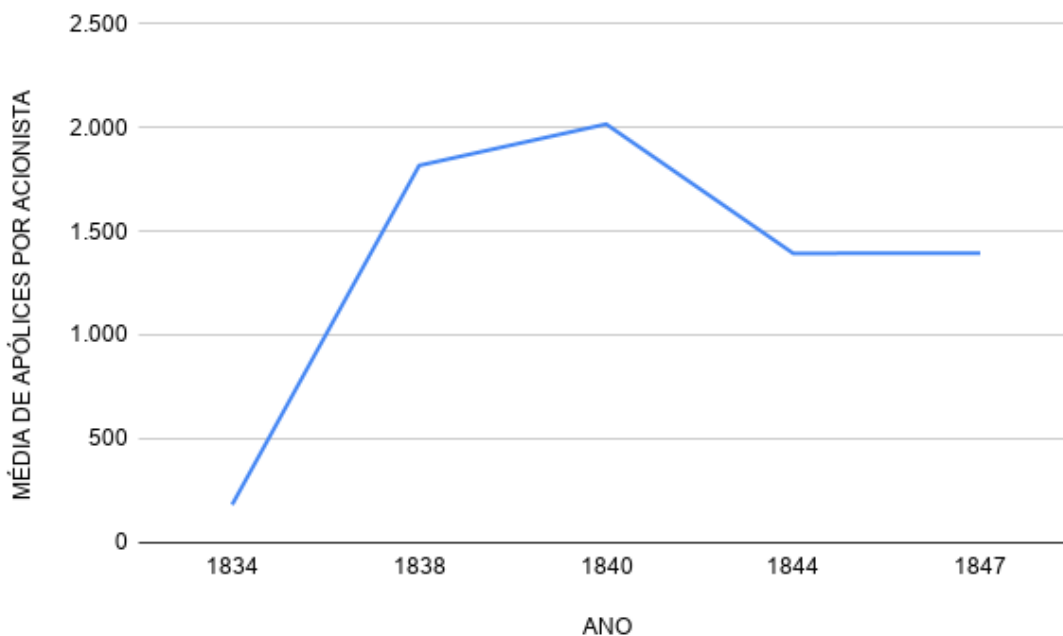


ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

depois, em 1838, conforme se pode observar no Gráfico 3, a taxa de concentração de apólices por indivíduo cresceu significativamente, estando quase dez vezes maior, com o quantitativo de 1.816 apólices *per capita*.



Gráfico 3
Número médio de apólices por acionista (1834-1847)

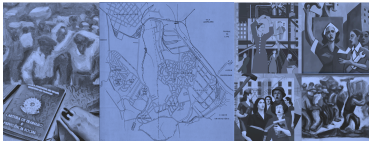


Fontes: Estatutos da Caixa Econômica da Cidade da Bahia com as reformas adaptadas até 28 de outubro de 1836. Bahia: Tipografia da Viúva Serva, 1837; Correio Mercantil : Jornal Politico, Commercial e Litterario da Bahia.

Vide Gráfico 3, percebe-se que entre 1838 e 1840, o ritmo de concentração de apólices em “poucas mãos” foi arrefecido, mas não deixou de acontecer, ultrapassando a barreira das 2.000 apólices por indivíduo ao final do exercício de 1840.

Entre o ano de 1840 até o ano de 1844, foi o período em que, pela primeira vez desde a sua fundação, a Caixa Econômica percebeu uma redução na taxa de concentração de apólices, o que indica certo êxito na tentativa de popularizar as compras de apólices, mas nada que proporcionasse mudança significativa no quadro, pois, entre 1841 e 1843, jamais o número médio de concentração de apólices esteve abaixo da faixa das 1.500 ações *per capita*. Em 1840 esta concentração girava em torno de 2.015 apólices *per capita*, reduzindo-se para 1.393 apólices por acionista em 1844, diminuição de aproximadamente 31 %. Esse período pode ser considerado como o menos elitista da Caixa Econômica privada da Bahia na primeira metade do século XIX.

Após o período de redução na taxa de concentração de apólices, o triênio entre 1844 e 1847 foi marcado pela estabilidade. Se em 1844 a quantidade média de apólices



por acionista foi de 1.393, este número quase se repetiu, mantendo-se rigorosamente estável fechando o exercício e os dados que dispomos para o ano de 1847 no número de 1.393 apólices por acionista.

Como se depreende do Gráfico nº 3 salta aos olhos o volume de concentração de apólices sob a posse de um grupo muito reduzido de pessoas. Essa grande concentração de ações por indivíduo pode ser explicada sob dois aspectos fundamentais. Primeiramente, podemos considerar a grande concentração de riqueza existente em Salvador no início do século XIX, que refletia na pobreza de um conjunto mais amplo da sociedade soteropolitana, cuja maioria da população não dispunha de \$300 réis para investir em ações de um banco recém-criado. Consoante ao que defende Mascarenhas, Salvador era:

...uma sociedade profundamente estratificada socioeconomicamente, com uma grande concentração de riqueza, ou seja, um reduzido grupo detinha a maior parcela da riqueza baiana, concentrando também atividades econômicas e financeiras. Isto confirma que as maiores fortunas não se caracterizavam somente pela quantidade e valor de bens, mas principalmente pela diversificação de atividades do indivíduo. Assim, para manter e acumular riquezas, era necessária a multiplicidade de atividades, pois, quando uma delas, ou um setor entrasse em crise, ou por qualquer motivo declinassem, as outras cobriam a diminuição ou ausência de rendimentos. Essa diversificação dava estabilidade à riqueza. (MASCARENHAS, 1998, p. 251).

De fato, além da grande concentração de apólices, os acionistas da Caixa Econômica privada da Bahia, possuíam várias atividades simultaneamente: Além de investir na Caixa, eram: negociantes, traficantes de escravizados, prestamistas, comerciantes de portas abertas, senhores de engenho, políticos, clérigos, dentre várias outras funções.

Como segundo aspecto, deve-se considerar o aspecto de ordem cultural, ou seja, mesmo para os que possuíssem \$300 réis disponíveis, sua intenção de investir em apólices esbarrava na falta de hábito em confiar na realização deste tipo de operação bancária. Por volta de 1834, era embrionária na Bahia a disseminação do hábito de poupar institucionalmente investindo em organismos bancários. Portanto, guardar ou investir dinheiro em entidades financeiras era algo totalmente novo na Província da Bahia, assim como em todo país e mesmo na América Latina, incluindo os indivíduos



mais ricos, mesmo estes, estavam ainda muito acostumados a realizar seus investimentos em viagens marítimas, tráfico de escravizados, empréstimos de dinheiro a juros, compra de terras, engenhos, gado vacum, dentre outros.

Ressaltamos que as casas bancárias não faziam parte do cotidiano da Bahia oitocentista. Antes da Caixa Econômica de 1834, havia existido na Província apenas um banco que foi a Caixa filial de descontos do primeiro Banco do Brasil, mas que teve vida curta. Entre a sua criação em 1817 e a sua liquidação em 1829, foram apenas doze anos de funcionamento.

Se a poupança era estranha à maioria dos baianos da primeira metade do século XIX, modalidades de investimento mais modernas, típicas do capitalismo em curso, tais como: ações e apólices, eram tipologias de investimento que repelia o pequeno poupador, ou que nem chegava ao seu conhecimento. Conforme defende Jean Laurent Rosenthal, estudando o acesso ao crédito na França entre os séculos XVII e XVIII, as informações não circulam de forma homogênea nos diferentes grupos sociais. Para algo ser disseminado, necessita-se de uma boa circularidade na transmissão destas informações. (ROSENTHAL, 1993:129-157).

Do mesmo modo que é necessário conhecer bem o mutuário para lhes confiar crédito, é indispensável para o novo investidor, conhecer e confiar na instituição financeira onde ele irá investir seu pecúlio. Desse modo, acreditamos que as novas formas de investimento modernas típicas do sistema capitalista, encontraram resistências de um conjunto amplo da sociedade soteropolitana, sobretudo dos grupos menos abastados na primeira metade do século XIX.

O hábito de poupar junto a bancos era embrionário na Bahia, pois eles sequer existiam no primeiro terço do Oitocentos. O que pensar então da aquisição de ações e apólices? De fato, era algo que culturalmente não fazia parte da mentalidade de poupança das camadas médias urbanas e dos grupos menos abastados da soterópolis. Por isso, pelo menos até a primeira metade da centúria, a maioria dos acionistas pertencia ao grupo mercantil, por se tratar de indivíduos mais acostumados a correrem os riscos de transações financeiras e comerciais.

Esses comerciantes, ansiosos pelo surgimento de uma nova entidade bancária, inexistente na Bahia durante pelo menos cinco anos, desde 1829 quando a Caixa filial



de descontos do primeiro Banco do Brasil encerrou suas atividades. Empolgados com a criação da Caixa Econômica, que possuía em seu estatuto uma proposta popular com o modesto valor nominal por ação na faixa dos \$300 réis, não hesitaram em investir uma pequena parcela de seu capital a fim de criar uma instituição bancária capaz de representar os seus interesses.

Considerações finais

A primeira Caixa Econômica da Bahia criada em 1834 por iniciativa particular de alguns negociantes da praça mercantil de Salvador, teve rápido crescimento em seus primeiros anos de funcionamento. Embora seu estatuto tenha sido inspirado em sua congênere carioca, a atuação financeira da Caixa Econômica privada da Bahia foi distinta a da Caixa privada do Rio de Janeiro. A diversificação e a sofisticação de suas operações financeiras, atuando simultaneamente na aquisição de apólices da dívida pública, descontos de bilhetes da alfândega, rebate de letras garantidas de firmas seguras, empréstimos a taxas variáveis sobre penhores de ouro e prata, além de hipotecas de prédios contidos nos limites da Décima Urbana, indicam que a primeira Caixa Econômica da Bahia, atuou muitas vezes com características mais semelhantes a um banco comercial privado, do que efetivamente com características análogas a uma Caixa Econômica convencional.

A complexidade de sua atuação financeira permitiu uma rápida ampliação do seu capital, que em apenas dois de funcionamento, havia se multiplicado em mais de cem vezes. Apesar dos esforços empreendidos para atrair investidores pertencentes às camadas sociais menos abastadas, o que ficou evidente pela manutenção das apólices a preços populares de \$300 réis, seu público de acionistas foi constituído basicamente, pelo menos na primeira metade do século XIX, pelas elites econômicas da urbe baiana.

Seja pelo desconhecimento das novas formas de investimento típicas do capitalismo, seja pelo receio da população menos abastada em creditar pecúlio adquirido a duras penas para uma instituição nova e ainda desconhecida, ou mesmo, pela grande concentração de riqueza existente em Salvador que impossibilitava a população mais pobre de investir em instituições bancárias, o fato é que a Caixa Econômica privada da Bahia, na primeira metade do século XIX não obteve efetivo êxito na captação de recursos dos pequenos poupadores da cidade da Bahia.



De fato, a grande concentração de riqueza existente na cidade da Bahia em meados do século XIX, pode ser um dos vetores explicativos fundamentais para a concentração de apólices em um grupo minoritário e elitizado da sociedade baiana no período em análise. Enquanto o capital da Caixa chegava perto dos dois mil contos de réis no final dos anos de 1840, o número de acionistas não chegou a cinco mil indivíduos neste mesmo período, significando que apenas 9% da população soteropolitana possuía ações da Caixa Econômica privada da Bahia na primeira metade do século XIX.

FONTES

Estatutos da Caixa Econômica da Cidade da Bahia com as reformas adaptadas até 28 de outubro de 1836. Bahia: Tipografia da Viúva Serva, 1837.

Correio Mercantil: Jornal Politico, Commercial e Litterario da Bahia - 1836 a 1849.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rômulo. *Traços da história econômica da Bahia no último século e meio*. Planejamento, Salvador, v. 5, n. 4, out./dez. 1977, p. 19-54.

ALMICO, Rita C. S. ; SARAIVA, L. F. *Raízes Escravas da Indústria no Brasil*. In: Ricardo Salles; Mariana Muaze. (Org.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica*. 1ed.São Leopoldo: Casa Leria, 2020, v. 1, p. 93-120.

AZEVEDO, Thalles de & VIERA LINS, E.Q. *História do Banco da Bahia, 1858-1958*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria José Olympio, 1969.

FILTNESS, David. *Poverty, savings banks and the development of self-help, c. 1775-1834*. Tese de Doutorado. University of Cambridge. 2013.

FAGUNDES, Augusto. *A primeira Caixa Econômica da Bahia: Gênese e atividades iniciais (1834-1850)*. Areas-Revista Internacional De Ciencias Sociales, v. 1, p. 27-37, 2021.

GAMBI, Thiago F. R.; SILVA, Marcel P. da; VIEIRA, Eduardo J. *A Caixa Econômica Particular de Ouro Preto (1838-1901)*. XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 14º Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE. Criciúma, 2019.

GRINBERG, Keyla. *A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2ª metade do século XIX)*. Revista de Indias 71(251), 2011, p. 137-158.



HORNE, Oliver H. *A History of Savings Banks*. Geoffrey Cumberlege. Oxford University Press. London, 1947.

MARCONDES, Renato Leite. *Caixas econômicas públicas e depósitos populares no Brasil (1861-1940)*. AMERICA LATINA EN LA HISTORIA ECONOMICA, v. 21, p. 116, 2014.

MARQUESE, Rafael de Bivar & SALES, Ricardo.(Orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX. Cuba, Brasil, Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas coloniais - Elite e riqueza em Salvador 1760 – 1808*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. (Tese de Doutorado).

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma Província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

OLIVEIRA, Thiago Alvarenga. *A Caixa Econômica da Corte: desenvolvimento, centralização e expansão da poupança brasileira (1861-1889)*. Niterói/ Murcia: Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2020.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *História de um banco: O banco Econômico*. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal, 1993.

ROSENTHAL, Jean-Laurent. *Credit markets and economic change in Southeastern France 1630-1788*. In: Explorations in Economic History, n° 30, 1993, p. 129-157.

SARAIVA, L. F. *O homem benfazejo: Bibliotheca constitucional do cidadão brasileiro, mercado editorial, cidadania e a construção do império brasileiro, Rio de Janeiro 1831-1832*. Outros Tempos (Online), v. 11, p. 208-232, 2014.

SARAIVA, L. F.; OLIVEIRA, T. A. *A Caixa Econômica do Rio de Janeiro, 1831-1859*. In: Carlos Marichal Salinas; Thiago Gambi. (Org.). *Historia bancaria y monetaria de América Latina (siglos XIX y XX): Nuevas perspectivas*. 1ed.Santander: Editorial de la Universidad de Cantábria, 2017, v. 1, p. 429-462.